

Políticas culturais na sociedade em rede: cultura e tecnologia – iniciativas brasileiras

Laura Pimentel Barbosa*

Resumo: Desde o fim da União Soviética, a geopolítica e a política externa dos países capitalistas vêm adquirindo novos eixos e representações; a economia internacional o desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novos atores tiveram por consequência a flexibilização da agenda internacional, pois os Estados passaram a reconhecer a relevância de novos temas e a necessidade de se pensar em alternativas para a superação dos desafios políticos e econômicos relacionados à globalização. Deste modo, os estudos culturais tornam-se mais uma fonte de ferramentas para o estudo das Relações Internacionais, especialmente para a compreensão das novas formas adotadas pelos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para a inserção no sistema internacional, e uma dessas alternativas é a economia da cultura (criativa). Os grandes conglomerados da indústria cultural podem levar à desarticulação da produção cultural em países nos quais não há incentivos suficientes para esse setor; nesse contexto, iniciativas que prezem pela preservação cultural e pela interação entre as diferentes identidades têm sido consideradas estratégicas para que o desenvolvimento tecnológico e a própria economia internacional também possam trazer benefícios tanto econômicos quanto políticos aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Partindo-se dos princípios construtivistas, pelos quais as ações políticas e econômicas são consideradas também práticas culturais, o presente artigo tratará das influências da globalização nas identidades e de uma das principais políticas culturais do Brasil, o programa Cultura Viva, e a articulação entre tecnologia e diversidade cultural, neste caso o audiovisual em comunidades indígenas nacionais.

Palavras-chave: globalização, desenvolvimento, Brasil, cultura, audiovisual.

Introdução

Desde o fim da União Soviética, a geopolítica e a política externa dos países capitalistas vêm adquirindo novos eixos e representações; nesse sentido, a configuração dos mecanismos de poder no século XXI é muitas vezes considerada como multipolar (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 162-185). A multipolaridade no sistema internacional estimula novas formas de se enxergar o mundo e as relações sociais, em outras palavras, a ordem multipolar amplia o leque de temas das Relações Internacionais, tornando importante que se alie a tais estudos novas ferramentas, como os conceitos dos estudos culturais – a exemplo dos realizados por Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e Stuart Hall¹. De acordo com esses autores,

* Graduada em Relações Internacionais – UNESP

¹ Não se trata aqui da Teoria Social “unitária”, aquelas correntes nas quais o ser humano é visto como um ser universal, resultando no desprezo por conjunto de valores peculiares a determinado tipo de vida social e que podem ser compartilhados. A Teoria Social descrita aqui “procura compreender as diferentes formas assumidas, em cada tipo de vida social, pela percepção das pessoas em relação umas às outras, em relação à natureza e em relação a si mesmas” (UNGER, 6 jul. 2012).

as ações sociais são também culturais e, portanto, práticas de significação; a essas práticas estão incluídos os planos econômicos e políticos.

[...] e inaugura o materialismo cultural, teoria que contempla os meios e as condições materiais de produção e de recepção de todo e qualquer bem cultural, assim como as relações e as práticas inseridas no tecido da vida, envolvendo a linguagem, a comunicação, as instituições, as convenções e formas que viabilizam esse bem cultural [...]. Essas asserções encerram, indubitavelmente, modos de ação e contestação, destacando o fato de que a cultura é o palco de confrontos entre diferentes projetos, interesses e economias políticas, e onde se fixam as relações de poder (SANCHES, 2011, p. 23-25)².

Assim, a teoria construtivista adquiriu visibilidade nas relações internacionais por assumir tais ferramentas em suas análises e se concentrar na busca de soluções para os desafios que se apresentavam no final do século xx: questões culturais e identitárias, meio ambiente, migrações, organizações internacionais, tráfico internacional e os processos de cooperação, em suma: temas caros à globalização intensificada (MESSARI; NOGUEIRA, 2009, p. 163-168) e à formação da sociedade em rede (CASTELLS, 2009).

Nesse sentido, um dos aspectos que tem ampliado a sua influência nas Relações Internacionais é a cultura. Em sua relação com a tecnologia, podemos perceber o quanto características culturais vêm influenciando a produção e circulação de conhecimentos, bens e serviços. A interação entre cultura e economia internacional resulta, entre outros temas, em um conjunto de setores produtivos denominados por “economia criativa”. De acordo com o relatório Creative Economy Report 2010, esse setor foi responsável por 7% do PIB mundial em 2005.

Considerando-se os argumentos expostos, é possível referir-se às políticas culturais e relações identitárias como temas caros para o processo de desenvolvimento econômico e práticas políticas no século XXI principalmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, na busca por alternativas aos antigos modelos de desenvolvimento, fundamentados na acumulação e *commodities*, que muitas vezes se mostraram desagregadores das forças de coesão social, principalmente a cultura, e colaboraram no processo de segregação social (REIS, 2008, p. 14-50).

Para tanto, é importante compreendermos o modelo de desenvolvimento decorrente da Revolução Burguesa e Revolução Industrial e suas consequências no campo da cultura e produção cultural.

² Importante destacar que Stuart Hall não trabalha com o conceito de materialismo cultural, mas suas contribuições para os estudos culturais são de extrema importância, especialmente para este artigo, ao tratar do “indivíduo híbrido” e da identidade na pós-modernidade (contemporaneidade).

Progresso e desenvolvimento

A Revolução Burguesa engendrou dois conceitos que se tornaram fundamentais nas relações sociais dela resultantes; o racionalismo e o empirismo. Por meio desses dois conceitos não caberia o misticismo ou mesmo o autoritarismo como fontes de conhecimento e coesão social. Assim, as sociedades influenciadas pela Revolução Burguesa passariam a estabelecer vínculos por intermédio da promessa do futuro e não necessariamente pela memória ou religião; dessa visão de futuro o “progresso” é a representação. Se considerarmos que a revolução burguesa teve na acumulação e diversificação do consumo boa parte de seus objetivos – resultando inclusive na revolução industrial – a ideia de progresso tornou-se sinônimo de acumulação (FURTADO, 2008, p. 99-100).

A Revolução Industrial tornou o sistema econômico cada vez mais interdependente, e também serviu para propagar a própria ideologia burguesa de progresso. O conceito de desenvolvimento que mais tarde, especialmente no século XX, seria inserido na agenda internacional dos países centrais do capitalismo como forma de se criar uma solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial manteve a acumulação e a desarticulação das formas não “racionalistas” de coesão social como princípios a serem seguidos caso os países do Terceiro Mundo quisessem chegar ao mesmo patamar do Primeiro Mundo.

Portanto, a ideia de desenvolvimento que os países subdesenvolvidos (inclusive da América Latina) seguiram, especialmente no século XX, foi pautada em forças que não permitiam às sociedades alimentar a capacidade de criar soluções próprias para seus problemas: a aceitação de uma sociedade desenvolvida estava pautada em parâmetros que muitas vezes ignoram as aspirações, os valores e as culturas das comunidades pertencentes a um país (FURTADO, 2008, p. 108-122).

A atividade política passa a ser vista como um esforço orientado para reduzir as resistências das estruturas sociais à penetração das técnicas próprias à civilização industrial [...] Também neste caso a evolução das forças produtivas é apresentada como catapulta para alcançar formas sociais consideradas superiores (FURTADO, 2008, p. 108).

Na América Latina, mesmo após o fim dos regimes autoritários, a relação (neoliberal) entre Estado e mercado ainda corrobora a separação entre cultura e política ao afirmar o papel do mercado como o ente capaz de regular a sociedade e o promotor do bem-estar. Pensar as políticas culturais, portanto, ainda é secundário em muitos estados (RUBIM, 2011, p. 19).

Nesse sentido, a abordagem de Yúdice a respeito da cultura como recurso se faz necessária. De acordo com o autor, o papel da cultura deve ser revisto, qualificando-a para além de uma atividade transcendente (arte), mas também como um recurso para se aprimorar as relações sociais, ampliar a participação política e fortalecer a economia, ou seja, um recurso para o desenvolvimento.

[...] não mais restritas unicamente às esferas sancionadas da cultura, as artes poderiam ser literalmente espalhadas por toda a estrutura cívica, encontrando seu lugar numa variedade de serviços comunitários e atividades de desenvolvimento econômico [...]. Esse papel adicional também pode ser visto nas várias novas parcerias que as organizações artísticas assumiram nos últimos anos [...] todas servindo aos aspectos utilitários das artes na sociedade contemporânea (YÚDICE, 2006, p. 29).

Utilizar a cultura como um recurso, por essa abordagem, não significa tirar-lhe seu valor em outras esferas, como a antropológica e social; no entanto, seria estimular a esfera econômica que também faz parte das atividades culturais, utilizando artifícios do mercado para valorizar e promover a diversidade cultural. O desafio estaria em criar sistemas de produção, reprodução e circulação desses bens. A concentração da produção e da comercialização de bens culturais por parte de poucas empresas causa um desequilíbrio nas trocas e no comércio regional, nacional e internacional de bens culturais (BARROS, 2008, p. 15-33).

As identidades não estão imunes às relações de poder. Como a globalização favorece o intenso intercâmbio de saberes, pessoas, produtos e recursos tecnológicos, temos, por consequência, que as identidades passam a orbitar entre a tradição e a tradução, ou seja, o imperativo de forjar, uma pureza e aceitar que as identidades estão sujeitas ao curso da história, e que elas não foram nem serão unitárias e “puras” (HALL, 2007, p. 86-89).

Nesse sentido, as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) poderiam se tornar as ferramentas para a produção, circulação e fruição de bens culturais. Portanto, torna-se importante a discussão de alguns aspectos sociais e da economia internacional na globalização em função das NTIC, entre eles, a formação da sociedade em rede e novos paradigmas econômicos (produtivos).

Os nós e as redes

A sociedade em rede (CASTELLS, 2009) alimenta a necessidade de tecnologias da informação e comunicação através do próprio uso, a informação pressupõe

feedbacks, contrapartidas, que utilizam mais informação e comunicação, formando um ambiente no qual as relações sociais são facilmente deslocadas, o tempo é comprimido e no qual o local e o global podem interagir de diversas formas.

O modelo de desenvolvimento de nosso século, o qual Castells denomina como “Informacional”, utiliza como recurso as novas tecnologias da informação e comunicação, o processamento de informação e a comunicação de símbolos e signos (culturais). Essa mudança de paradigmas econômicos parece ser o resultado da desindustrialização de muitos países desenvolvidos, levando Estados como a Austrália e a Grã-Bretanha, por exemplo, a buscar estratégias diferenciais, como os programas Creative Nation e Creative Industries, respectivamente.

A estrutura da sociedade “em rede” propõe que as tecnologias possam ser integradas à maioria das atividades humanas (CASTELLS, 2009, p. 107-110). O compartilhamento de informações e conhecimentos e a flexibilidade das instituições e organizações a fim de que possam lidar com mais facilidade com as intempéries das crises globais também são parte dessa disposição social.

Mas devemos elucidar o fato de que as sociedades que estão fora das redes, pelos mais diversos motivos, são cada vez mais penalizadas com o fortalecimento dessas mesmas redes. Isso porque as redes não representam necessariamente uma distinção entre o real e o virtual, elas só colocam símbolos e realidades, através da comunicação que elas promovem, em uma nova estrutura, um novo ambiente no qual o acesso a estes signos é mais fácil, rápido e dinâmico, gerando uma percepção maior da realidade, para os que estão em rede, e tornando ainda mais ignorados pela sociedade interconectada aqueles que não têm acesso. De acordo com Jean Baudrillard, a respeito dessa hiperbolização de signos na sociedade em rede:

Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido [...]. Em toda parte a socialização mede-se pela exposição às mensagens midiáticas. Está dessocializado, ou é virtualmente associal, aquele que está sub-exposto à mídia [...] (BAUDRILLARD, 1991, p. 103-104).

São esses “nós” na estrutura de redes que devem ser desfeitos, e a questão que se coloca é: como incluir aqueles que estão “virtualmente assocializados”? Como os símbolos podem ser inseridos nas redes de forma que se privilegiem as relações culturais de “tradução”, em outras palavras, para que exista interação cultural sem a perda das especificidades de cada uma. A solução pode estar na apropriação cultural

dos recursos tecnológicos e informacionais, culminando em novos tipos de políticas públicas e novos setores econômicos.

A (re)valorização da economia da cultura (economia criativa) parece ser um desses novos setores produtivos que vêm surgindo como alternativa às crises econômicas em países desenvolvidos e aos modelos de desenvolvimento que os países subdesenvolvidos seguiram durante décadas (DUISENBERG, 2008, p. 52-74).

Em 2005 foi lançada a Parceria para a Assistência Técnica ao Estímulo da Economia Criativa em países em desenvolvimento, uma iniciativa do PNUD e da UNCTAD cujo objetivo era integrar as políticas culturais, comerciais e macroeconômicas dos países em desenvolvimento.

No que diz respeito aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a economia criativa é um conceito que parece se aproximar das reflexões de Celso Furtado, nas quais o autor expressa que o desenvolvimento não deveria ser pensado em termos somente econômicos; o verdadeiro desenvolvimento está intrínseco a conceitos tais como mobilidade, criatividade, valores, história e cultura de uma sociedade, e os modelos desenvolvimentistas ou de integração econômica que frustram essas forças criam e reproduzem a dependência e as desigualdades; é o chamado “desenvolvimento endógeno” (FURTADO, 2008, p. 111-123).

Nesse sentido, a presença do Estado torna-se essencial, pois a promoção da tecnologia aliada à cultura, como recurso para o desenvolvimento, se encerra não como prerrogativa do mercado, mas como a articulação de novas políticas culturais.

Políticas culturais brasileiras: programa cultura viva

As iniciativas brasileiras referentes à consolidação de políticas culturais como políticas públicas para o desenvolvimento estão em fase de consolidação. Torna-se necessária uma breve apresentação de como o Ministério da Cultura vem estabelecendo seus planos dos anos 1990 até este início de século.

No governo do então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) o Ministério da Cultura foi reduzido a uma Secretaria e, em 1991, foi promulgada a Lei Rouanet, com o objetivo de ampliar os incentivos fiscais a organizações e empresas que pudessem fortalecer o mercado cultural do Brasil. A Lei Rouanet de fato impulsionou o mercado cultural ao trabalhar em três frentes:

- Patrocínio – mecenato;
- Fundo Nacional de Cultura – FNC;

- Fundo de Investimento Cultural e Artístico – Ficart (este não chegou a ser ativado).

Em 1992, a partir do governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi reativado e palestras, encontros e debates foram promovidos para discutir o papel do Ministério da Cultura nas políticas governamentais. Foram os chamados *Encontros Malraux*. Mas tais esforços não tiveram continuidade durante os dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo ministro-chefe do Ministério da Cultura foi Francisco Correa Weffort (CALABRE, 2009, p. 111-114).

A Lei Rouanet foi se tornando cada vez mais ineficaz, em função da própria desestruturação interna do Ministério da Cultura no período, e ainda é alvo de críticas por parte de diversos gestores públicos e culturais. A Lei prevê a renúncia por parte do Estado dos recursos fiscais das organizações que colaborem com o mercado cultural. Esses projetos, no entanto, não necessariamente são intrínsecos às comunidades que de fato necessitam de recursos nem mesmo às representações culturais periféricas. Até 2002 os recursos “[...] concentraram-se em poucas empresas, sendo que 17% delas respondem por 61% dos recursos incentivados” (BARBALHO, 2011, p. 135). A concentração de recursos entre poucas organizações, geralmente grandes empresas de marketing e mídia, tem por consequência a segregação regional dos recursos; no mesmo período, cerca de 87% dos investimentos foram direcionados para o Sudeste (BARBALHO, 2011, p. 135).

A partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) o Ministério da Cultura do Brasil (MinC), sob supervisão do então ministro Gilberto Gil, começou a passar por reformulações, a maioria delas aprovadas como um plano, no dia 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805. Foram criadas diversas secretarias de interesse, a Secretaria de Economia Criativa, a Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, a Secretaria do Audiovisual, entre outras (CALABRE, 2009, p. 120-123).

Em 6 de julho de 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, o MinC criou o programa Cultura Viva, cujo objetivo central é o de formar uma rede que permita o acesso, a produção, a distribuição e a fruição de bens culturais, dentro de uma prática cooperativa (CALABRE, 2009, p. 124).

O programa Cultura Viva prevê a formação de redes de troca de experiências, informações, conhecimentos e oportunidades através dos Pontos de Cultura. É por intermédio da dinâmica de redes que as ações podem se tornar cada vez mais au-

tônomas – ou seja, as próprias comunidades teriam o potencial de se apropriar dos Pontos –, dinâmicas e, não menos importante, contínuas. Presume-se que o programa Cultura Viva, ainda em fase de fortalecimento como política de Estado, seja uma nova estrutura de transferência de recursos estatais, numa sociedade em que as possibilidades de inserção no mercado cultural da maioria das comunidades, ainda que ricas em ativos simbólicos, experiências e cultura, são restritas. O programa Cultura Viva tem seus fundos de financiamento vinculados ao FNC, e o volume de recursos vem aumentando a cada ano desde 2003, inicialmente 46,9 milhões e, em 2006, 138 milhões. (BRASIL, 7 abr. 2012).

Atualmente, há quase quatro mil Pontos de Cultura em 1122 municípios de todo o Brasil (dados de abril/2012). Segundo projeção do Minc, a partir do levantamento de dados feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), no primeiro semestre de 2012, os pontos de cultura alcançaram oito milhões e 400 mil pessoas no país, entre participantes diretos e indiretos (BRASIL, 6 mar. 2012).

A estrutura em redes dos Pontos de Cultura é catalisada em outro plano, dentro do projeto Cultura Viva, chamado Cultura Digital.

[...] destinada a fortalecer, estimular, desenvolver e potencializar redes virtuais e presenciais entre os Pontos de Cultura. Dentre suas atividades destacam-se o papel de facilitadora da apropriação e do acesso a ferramentas multimídia em software livre pelos pontos de cultura para a geração de autonomia (BRASIL, 6 mar. 2012).

Alguns dos objetivos do projeto Cultura Viva são:

- Ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- Identificar parceiros e promover pactos com atores sociais governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, no qual a cultura seja forma de construção e expressão da identidade nacional;
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira;
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos” (BRASIL, 7 abr. 2012).

Televisión America Latina – TAL

O MinC também tem atuado internacionalmente pelos mesmos princípios do programa Cultura Viva, para criar redes que proporcionem apoio institucional às iniciativas de produção e difusão cultural, principalmente na América Latina. Uma das ações que vale a pena destacar é a criação da Televisión America Latina (TAL) – que passou a existir juridicamente em 2003 – com o suporte da Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano (FNCL), uma instituição privada, sem fins lucrativos, sediada na cidade de Havana, Cuba. Conta também com o patrocínio da Petrobras.

A TAL é formada por centenas de associados e seu conteúdo é distribuído em 25 canais em 15 países da região. A rede é fortalecida pela criação da *webTV*, que conta com um acervo de mais de 7 mil programas feitos por profissionais da região, e o acesso a esta programação é livre. A TAL é uma organização sem fins lucrativos que também tem projetos relacionados à produção do audiovisual; é, portanto, uma rede que atua nas três frentes: produção, difusão e fruição do audiovisual latino-americano.

Tudo isso serve de suporte para o trabalho de aproximação entre os povos latino-americanos [...] A ideia dessa entidade é fazer com que, por meio da produção audiovisual local, os vizinhos da região se conheçam, um pouco mais (TELEVISIÓN AMÉRICA LATINA, 7 abr. 2012).

Por meio do estímulo ao interesse, ao respeito e à valorização do outro, o objetivo a ser alcançado por essa iniciativa é que ocorra uma integração latino-americana que conserve as culturas, o patrimônio cultural e histórico. Ao mesmo tempo em que esses diferentes locais dialogam, eles estão se inserindo na lógica da globalização.

O audiovisual e comunidades tradicionais

A economia da cultura ainda é dominada por grandes empresas de *marketing* e comunicação; isso ocorre, entre diversos fatores, também porque os custos para a produção, distribuição e difusão de grande parte dos bens simbólicos são grandes, principalmente se estes bens envolvem o uso de recursos tecnológicos que não podem ser produzidos por qualquer comunidade em qualquer país. Um caso representativo é o setor audiovisual – cinematográfico.

Em termos de relações internacionais, o cinema, de acordo com Armand Mattelart, “[...] antecipa as relações de força que irão marcar a internacionalização da produção e da circulação dos produtos das indústrias culturais” (MATTELART

apud BARBALHO, 2011, p. 61). A influência do audiovisual nas relações de poder ultrapassa as questões econômicas, de acordo com Hernan Galpering; “nenhuma outra indústria tem gerado tanto debate sobre a legitimidade e limites econômicos, políticos e institucionais dos processos regionais de integração” (GALPERING, 2009, tradução nossa)³.

Em termos de mercado cultural, o setor audiovisual apresenta-se como um dos mais rentáveis do mundo, e por tal motivo esse setor tem um peso significativo nas rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda não se chegou a um consenso entre os países na OMC a respeito do tratamento a ser dado aos bens culturais. No caso específico do audiovisual, o então representante brasileiro na XII Reunião da Conferência de Autoridades Cinematográficas de Iberoamérica, Orlando Senna, declarou que:

[...] tratar um filme como tratamos um carro, uma aeronave, milho ou soja, poderia colocar em risco a capacidade dos governos de assegurarem o fluxo de fontes de informação e cultura que subsidiam a própria vitalidade de um país [...]. A capacidade de implementação de políticas nacionais de cultura deve ser mantida e os países devem poder controlar o tráfego de bens culturais, a fim de proporcionar a seus cidadãos o contato mais amplo com as contribuições oriundas do mundo inteiro (BRASIL, 18 jul 2012)

Diante do exposto, é coerente a atuação brasileira nacional e internacionalmente no que se refere a iniciativas que permitam a comunidades tradicionais o acesso a tecnologias para a realização de produções audiovisuais, não somente para o mercado mas também para o registro de suas culturas e manifestações artísticas, de forma a tornar a tecnologia um recurso a mais para a manutenção do patrimônio cultural imaterial.

O programa Cultura Viva, por meio de seu edital para a criação de Pontos de Cultura, contemplou, em 2009, a iniciativa Indígena Pokerô, uma representação jurídica da comunidade indígena Xikrin do Kateté, localizada na zona rural de Parauapebas a 450 quilômetros de Marabá, no estado do Pará. Este ponto de cultura tem por objetivo a capacitação de formação em audiovisual, de forma que os próprios membros da comunidade possam contar a sua história e registrar suas atividades, “[...] fortalecendo sua identidade e seu patrimônio material e imaterial, utilizando para isso os recursos audiovisuais como instrumento para a valorização da identidade étnica e na conquista de seus direitos” (XIKRIN DO KATETÉ, 18 jul. 2012).

³ “No other final-goods sector has received so many safeguards in these treaties, or has aroused so much debate about the scope and legitimacy of integration processes” (GALPERIN, 2009).

Os membros da comunidade também recebem outros estímulos para fruir o cinema brasileiro. O Cine-clubes da Indígena Pokerô, chamado Mekarón Pront – Cinema em Movimento –, foi aprovado pela seleção pública do Estado do Pará em 2012, e complementa as atividades exercidas pelo Ponto de Cultura. Por meio das exibições no cine-clubes, que ocorrem semanalmente com capacidade para até 800 pessoas, permite-se um maior contato da comunidade com a diversidade cultural do Brasil, além da formação humana – educacional – ao proporcionar a exibição de documentários a respeito de outras comunidades indígenas não só brasileiras. Para a comunidade a ação é de fundamental importância, pois está preservando para as futuras gerações a cultura e tradição através do audiovisual.

A iniciativa Vídeo Índio Brasil, parte do programa Cultura Viva, é outro projeto de êxito por parte do MinC. A sua primeira edição ocorreu em 2008 e tem por objetivo a difusão da cultura das comunidades indígenas. Como forma de proporcionar os mais amplos e diversos olhares a respeito, as produções apresentadas podem ser feitas tanto por indígenas quanto por não-indígenas. Para incentivar o máximo possível de participação da comunidade, as atividades são gratuitas. Desde a primeira edição, apenas a de 2012 foi realizada na Bahia, e todas as outras aconteceram no estado do Mato Grosso do Sul; esse fato pode ser o resultado da constatação de que o Mato Grosso do Sul apresenta o segundo maior contingente de população indígena por estado brasileiro, e estima-se que mais de 230 povos vivem em suas terras originais e mantêm vivas aproximadamente 180 línguas (BRASIL, 19 jul. 2012).

Outra experiência interessante que alia iniciativa privada e apoio governamental para a democratização do acesso à tecnologia e inserção social por meio da troca de experiências, valores e cultura é a organização Vídeo nas Aldeias. Criada em 1987, como uma organização não governamental, pelo antropólogo Vincent Carelli, a Vídeo nas Aldeias (VNA) é pioneira e exemplo no apoio e fortalecimento das identidades indígenas por meio das ferramentas audiovisuais. Além da criação de registros de suas atividades e cultura, protegendo as expressões culturais enquanto patrimônios imateriais. Este Ponto de Cultura articula diversas comunidades por meio inclusive das tecnologias da informação e comunicação, para a criação de materiais didáticos, além de livros e DVDs para o público em geral.

Em 2000, o projeto realizou a série intitulada *Índios no Brasil*, veiculada pela TV Escola do Ministério da Educação, como parte da introdução ao mundo indígena para estudantes. Em 2007, por seu caráter agregador de diversas comunidades e uso da

tecnologia em suas atividades, a organização se torna um Pontão de Cultura. Naquele mesmo ano a organização lançou uma série de DVDs com produções feitas pelos membros das comunidades em que ela atua. O acervo de imagens e a coleção de mais de 70 vídeos têm reconhecimento nacional e internacional; a respeito dessa coleção, comenta Ivana Bentes, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

O resultado sem dúvida não vem de nenhuma espontaneidade ou milagre. Pode-se vislumbrar a dinâmica de oficinas repetidas, participação da comunidade na escolha de temas, a construção dos personagens escolhidos e, em outros vídeos até a experimentação com encenações e desenho animado. Esse cinema é uma aposta na imagem não apenas como representação de si para os outros, mas radicalmente como a descoberta de uma forma de pensamento audiovisual, uma aldeia audiovisual global, em que a singularidade dos índios brasileiros se encontra com a singularidade e vigor do documentário e das questões do cinema contemporâneo (VÍDEO NAS ALDEIAS, 18 jul. 2012).

As experiências apresentadas correspondem a articulações entre ações privadas e públicas; a apropriação social da tecnologia na sociedade em rede parece permitir que as “políticas culturais” sejam iniciativas não somente estatais, de forma que a sociedade civil possa incentivar a desconcentração das verbas públicas para a cultura, que ainda tem seu foco na região sudeste, principalmente em função das grandes empresas de *marketing* e das maiores emissoras e produtoras do país. Essa concentração é prejudicial não apenas em termos econômicos para a cadeia da indústria criativa brasileira como também em termos de diversidade cultural das produções artísticas, especialmente audiovisuais.

Considerações finais

“We shape our tools and afterwards our tools shape us”
Marshall McLuhan

A sociedade pós-industrial possui como uma de suas características principais a organização social e institucional, assim como as relações humanas, em estruturas de redes. “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica [...] os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2009, p. 565). A estrutura de redes, em função da agregação das contínuas inovações nas tecnologias, principalmente da informação e comunicação, “diminui” distâncias e “encurta” o tempo, é mais flexível e permite a participação de diversos atores.

A globalização é incentivada e se fortalece por meio desses processos. De acordo com Stuart Hall, a globalização pode trazer três diferentes impactos às identidades nacionais e comunitárias: [1º] a globalização caminha em paralelo com as identidades locais ou [2º] é um processo desigual e tem sua própria geometria de poder, ou ainda [3º] a globalização é “composta” de muitos aspectos ocidentais, mas que estão sendo relativizados. Nesse sentido, duas alternativas são utilizadas pelas comunidades: a tradição, que é a busca pela identidade “pura”, que nega o outro, em extremo, e leva a fundamentalismos e à xenofobia. E a tradução, que é a busca pela negociação com as novas culturas, sem simplesmente serem assimiladas, mantendo suas características (HALL, 2007, p. 80-88).

Partindo-se desse cenário, temos a compreensão de que as sociedades estão mais complexas assim como as suas necessidades em termos econômicos e sociais. Nesse sentido, as políticas públicas e mobilizações internacionais podem ser impedidas a assumir concepções menos ortodoxas e renovar agendas no que se refere às questões desenvolvimentistas.

Promover o encontro, a troca, poderia fazer parte dos planos de políticas públicas e econômicas, e isso implica envolver as secretarias e ministérios da cultura dos países na formulação das políticas de Estado, tudo isso porque é justamente através da comunicação que indivíduos e comunidades enriquecem seus potenciais de inovação e criatividade que, por sua vez, são ativos essenciais na economia global informacional. Mas é importante ressaltar que os signos – as informações, propostas, culturas, visões de mundo e valores – devem ser traduzidos em cada localidade cultural – que não necessariamente está ligada a uma região física, geográfica –, pois as meras imitações só restringem o potencial de qualquer sociedade. Utilizando-se de tais perspectivas torna-se possível o desenvolvimento endógeno dentro da lógica global.

As experiências do MinC, principalmente dos últimos dez anos, com a criação do programa Cultura Viva (e os Pontos de Cultura), apesar de recentes, vêm tentando compreender todos os aspectos que fazem as políticas culturais essenciais para o desenvolvimento, além de serem provas de que a relação entre cultura e Estado, no Brasil, vem mudando. Ainda são necessárias muitas ações para que essas mudanças se efetivem, como a implementação efetiva do Plano Nacional de Cultura e a adoção do Sistema Nacional de Cultura por parte das unidades da federação; mas uma das ações mais importantes, que pode ser feita pelos cidadãos e cidadãs, é a participação, por meios democráticos, para que as políticas culturais que o Brasil conquistou nesse

início de século não se percam em cada mudança de governo. As políticas públicas, para serem bem-sucedidas, levam tempo, e por tal motivo parece ser necessário pensar as políticas culturais enquanto políticas de estado, e não de governo.

Nos casos apresentados, a respeito da produção audiovisual por membros de comunidades tradicionais brasileiras, é possível averiguar a importância de tornar os indivíduos capazes de lidar com as forças da globalização, como a economia, a tecnologia e os meios de comunicação, tornando-os aptos a desmitificarem a visão superficial, por vezes exótica, que a mídia tradicional veicula a respeito da diversidade cultural, especialmente no caso dos indígenas.

O tema que o presente artigo se propôs a discutir é extremamente amplo, permitindo diversas opiniões a respeito, e não houve a intenção de apresentar todas; no entanto foi uma proposição de reflexões a respeito das influências da economia internacional, e das forças da globalização – sociedade em rede –, nas relações interculturais. Nesse sentido, o papel das novas tecnologias da informação e comunicação se apresenta como relevante, pois por meio da apropriação social da tecnologia é possível que as diversas culturas possam estabelecer diálogo e compreensão mútua, de forma a conseguirem manter suas características próprias ao mesmo tempo em que interagem com o mundo globalizado.

Referências

AMADEU, S. (Org) (2010). *Cidadania e Redes Digitais*. São Paulo: CGI.br.

BARBALHO, A. (Org.) (2011). *Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: Ed. UFBA.

BARROS, J. M. (Org). (2008). *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica.

BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio d'água.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Índios do Brasil*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/indios/fr_conteudo.htm>.

_____. Ministério da Cultura. *Cultura Digital*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2012/05/19/cultura-digital-secretaria-de-politicas-culturais-2/>>.

_____. Ministério da Cultura. *Discursos*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/06/22/pronunciamento-do-secretario-orlando-senna-na-xii-reuniao-da-conferencia-de-autoridades-cinematograficas-de-iberoamerica-caci/>>.

_____. Ministério da Cultura. *Objetivos e público*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>>.

_____. Ministério da Cultura. *Vídeo nas aldeias*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/11/video_nas_aldeias_rev_pb.pdf>.

CALABRE, L. (2009). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV

CASTELLS, M. (2009). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, V. 1.

FURTADO, C. (2008). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Cia das Letras.

GALPERIN, H. *Cultural industries policy in regional trade agreements: The cases of NAFTA, the E.U., and MERCOSUR*. Disponível em <<http://hernangalperin.net/wp-content/uploads/2009/09/mcs-word-version.pdf>>.

GORZ, A. (2005). *O Imaterial: capitalismo, valor e capital*. São Paulo: Annablume.

HALL, S. (2007). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD. *Direitos humanos em rede*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=203>> .

_____. PNUD. *Homepage*. Disponível em: <<http://rcsla3.dcc.ufmg.br/pnud/projeto.php>> .

_____. UNCTAD. *Creative economy report 2010*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf>. MATTELART,

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD. *Indústria criativa ajuda a avançar nos ODM*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/educacao/reportagens/index.php?id01=3643&lay=ecu>>.

_____. PNUD. *ONU reforça indústria cultural de emergente*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/educacao/reportagens/index.php?id01=1682&lay=ecu>> .

REIS, A. C. F. (Org.) (2008). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

ROCHA, E. S. (2006). *O Elogio da Liberdade: procedimentos estéticos em Calabar*. Franca: Ed. Unesp.

SANCHES, T. A. (Org). *Estudos culturais: uma abordagem prática*. São Paulo: SENAC, 2011.

UNGER, R. M. *O dilema da teoria social*. Disponível em: <<http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/portuguese/pdfs/direi2.pdf>>

VÍDEO NAS ALDEIAS. *Reconhecimento*. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=3>>.

XIKRIN DO KATETÉ. *Homepage*. Disponível em: <<http://xikrindokatete.wordpress.com/ponto-de-cultura/>>.

YÚDICE, G. (2006). *A Conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Recebido em abril/2012
Aprovado em agosto/2012